

papel impresso) para os servidores do Tribunal de Contas do Estado, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios *in natura* e refeições prontas por meio de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida pela legislação pertinente. Objeto do apostilamento: Alteração do valor do crédito do benefício vale alimentação para R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), conforme estabelecido no parágrafo segundo da cláusula sexta do contrato nº 01/2015. Fundamento legal : Art. 65, § 8º da Lei 8.666/93. Data do Termo de Apostilamento: 29/09/2017 Ordenadora da despesa: Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Protocolo: 233087

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO Nº 10/2017 – MPC/PA – CONSELHO

Dispõe sobre o cancelamento de viagem do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado para participação em evento. O Conselho Superior do Ministério Público de Contas do Estado, órgão consultivo de administração superior do Ministério Público de Contas do Estado, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO que, por motivo de força maior, não será possível a participação do Procurador-Geral de Contas, no dia 4/10/2017, no evento intitulado “XIII Encontro Nacional de Controle Interno”, a ser promovido pelo Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI, em Manaus/AM; CONSIDERANDO que a autorização para o PGC participar do referido evento bem como a concessão das respectivas diárias foram dadas pela Resolução nº 09/2017 – MPC/PA – Conselho, publicada no DOE desta data; CONSIDERANDO, por fim, os termos do art. 9º da Resolução nº 19/2016-MPC/PA – Colégio, RESOLVE:

Art. 1º – Tornar sem efeito a Resolução nº 09/2017 – MPC/PA – Conselho, publicada no DOE de 18/9/2017, que autorizou a viagem do Procurador-Geral de Contas, Dr. Felipe Rosa Cruz, à cidade de Manaus/AM, para participar do evento acima indicado, e lhe concedeu 01 (uma) e ½ (meia) diária, correspondente ao período de afastamento.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 18 de setembro de 2017
ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE
CORREGEDOR-GERAL DE CONTAS
SILAINE KARINE VENDRAMIN
PROCURADORA DE CONTAS
GUILHERME DA COSTA SPERRY
PROCURADOR DE CONTAS

Protocolo: 233393

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

NR DA DISPENSA: 039/2017-MP/PA.

Partes: **Ministério Público do Estado do Pará e a empresa WALCILENE A. DA SILVA - ME (CNPJ nr 09.410.665/0001-48).** Objeto: **Contratação direta da empresa para prestação de serviço de acesso à internet para Promotoria de Justiça de Monte Alegre/PA.**

Valor Total: **R\$ 7.260,00 (sete mil e duzentos e sessenta reais).**

Fundamento Legal: **Art. 24, II da Lei Federal 8.666/93.**

Data da Assinatura: **29/09/2017.**

Dotação Orçamentária: **Atividade: 12101.03.092.1434.8326.**

Elemento de despesa: **3390-39.**

Fonte de Recurso: **0101**

Ordenador Responsável: **Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja.**

Protocolo: 233196

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 6537/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora CÁSSIA CRISTINA VIEIRA BARROS BRASIL, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2571, lotada na Promotoria de Justiça de Alenquer, a importância de R\$ 1.800,00 (mil oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 18/09/2017 a 17/11/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 200,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.600,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 2 de outubro de 2017.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES

Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 233219

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA PORTARIA Nº 042/2017-MP/2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho DE 2011, torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 000034-200/2015-MP/2ºPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 042/2017-MP/2ºPJDC

Requerido: Secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC Assunto: Investigar se os estabelecimentos educacionais Gelmirez de Melo e Silva, e, Centro Educacional Amazônia encontram-se autorizados a funcionar; e investigada a Secretaria de Estado de Educação do Estado Do Pará - SEDUC/PA. QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 233174

EXTRATO DA PORTARIA Nº 043/2017-MP/2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho DE 2011, torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 000202-200/2015-MP/2ºPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 043/2017-MP/2ºPJDC

Requerido: Secretaria Municipal de Transporte de Ananindeua - SEMUTRAN

Assunto: Investigar a conduta dos Agentes da Secretaria Municipal de Transportes de Ananindeua na apreensão do veículo placa NSQ6799; e investigado a Secretaria Municipal de Transportes de Ananindeua – SEMUTRAN.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 233178

EXTRATO DA PORTARIA n.º 092/2017-MP/PJCCOT

PORTARIA n.º 092/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º182015510000040-6, lavrado contra. E.P.M. S/A, até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.

Belém, 31 de agosto 2017.

FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID

1º Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 233397

EXTRATO DA PORTARIA n.º 085/2017-MP/PJCCOT

PORTARIA n.º 085/2017-MP/PJCCOT.A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º 182015510000026-0 lavrado contra., E. P. M. S/A. até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos

acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.

Belém, 31 de agosto 2017.

FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID

1º Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 233383

EXTRATO DA PORTARIA n.º 087/2017-MP/PJCCOT

PORTARIA n.º 087/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º 182015510000029-5 lavrado contra., E. P. M. S/A. até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.

Belém, 31 de agosto 2017.

FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID

1º Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 233388

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO PARÁ torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº: 065/2017 – MP/4ªPJCI

Inquérito Civil: 003734-477/2015

Conversão: 22/06/2017.

Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua Fundamentos: Lei n.º 13.146/2015, Art. 26, I e 27, parágrafo único, Inciso I, da Lei n.º 8.625/93 e Art. 129, II, da CF/88.

Origem: Procedimento Preparatório n.º 003734-477/2015.

Objeto: Apurar os fatos narrados na ficha de atendimento do respectivo procedimento, referente à situação da pessoa com transtorno mental, conhecido como “Difinho”, que está sendo vítima de negligência familiar.

Ananindeua (PA), 15 de setembro de 2017.

VÂNIA CAMPOS DE PINHO

4ª Promotora de Justiça Cível de Ananindeua, em exercício.

Protocolo: 233163

EXTRATO DA PORTARIA Nº 044/2017-2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Nº 000041-200/2017-MP/2ºPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 044/2017-2ºPJDC

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua - SESAUI

Assunto: Averiguar as irregularidades apontadas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará – CRM/PA na Unidade de Pronto Atendimento de Ananindeua – UPA II – Daniel Berg, localizada no bairro do Icuí-Guajará.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 233181

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2017/MP/5ªPJP

A 5ª Promotoria de Justiça de Parauapebas, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei ‘---’ - Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 003-2017/MP/5ªPJP que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Parauapebas, situada na Rua B, nº 440, Bairro Cidade Nova, CEP 68.515-000 - Parauapebas- Pará - Fone/Fax: (94) 3346-1664.

PORTARIA Nº 003/2017/MP/5ªPJP

Investigado: B.R.A. EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Assunto: Apuração de irregularidades ocorridas em loteamentos urbanos realizado no município de Parauapebas pela empresa B.R.A. EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com o nome fantasia BURITI Imóveis, o que diz respeito à implantação de infraestrutura básica, a exemplo de iluminação pública, abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, dentre outras obrigações.

Maria Cláudia Vitorino Gadelha- Promotora de Justiça

Protocolo: 233144

PORTARIA Nº 2.021/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Processo CNMP n.º 0.00.000.000833/2015-65 – Reclamação Disciplinar,